

# INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras das Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acionistas e Auditores Independentes. O ano de 2018 foi demonstrado como um ano de recuperação econômica importante, e apesar de um primeiro bimestre de fraqueza econômica pode-se notar uma aceleração significativa na quantidade de oportunidades e negócios gerados a partir de março. Alguns dados macroeconômicos indicam sinais sólidos de recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os 03 últimos anos, apresentados a seguir. Essa melhora nos dados macroeconômicos começa a se materializar na unidade de negócio Máquinas Romi, que diante de um cenário mais estável, encoraja os clientes a retomar os seus investimentos. A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da

economia doméstica. **1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida:** A receita operacional líquida auferida em 2018 foi de R\$743,5 milhões, 10,5% superior à registrada em 2017, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequação da estrutura de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento. Em 2018, o mercado doméstico foi responsável por 57% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US\$4,7 milhões, montante 1,1% superior ao alcançado em 2017. Em 2018, a entrada de pedidos foi de R\$ 712,2 milhões, montante 18,1% superior ao obtido no ano de 2017. **Margens:** Em 2018, as margens operacionais permaneceram em níveis similares aquelas alcançadas em 2017, demonstrando consistência nas operações. A Unidade de Negócio Máquinas Romi teve destaque na evolução das margens operacionais. Apresentou margem operacional de 13,2%, o que representou um crescimento de 6,4 p.p. em relação ao ano de 2017. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2018 foi de R\$ 84.250. **2. INVESTIMENTOS:** Ao longo do ano de 2018 foram investidos R\$ 25 milhões, sendo a maior parte deles destinados à instalação de uma máquina de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados. Os demais investimentos foram destinados, em parte, à manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das demais

unidades do parque industrial, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano. **3. AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S. **4. ARBITRAGEM:** As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	22	507.639	468.502	743.462	672.873
Custo dos produtos e serviços vendidos	6	(367.440)	(340.111)	(537.083)	(483.236)
<b>Lucro bruto</b>		<b>140.199</b>	<b>128.391</b>	<b>206.379</b>	<b>189.637</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas		(43.747)	(39.339)	(79.801)	(67.736)
Gerais e administrativas		(26.309)	(26.941)	(59.300)	(52.143)
Pesquisa e desenvolvimento		(17.379)	(16.772)	(17.379)	(16.772)
Participação e honorários da Administração	8	(7.751)	(6.718)	(7.846)	(6.815)
Resultado de participações societárias	7	(2.783)	5.701	—	—
Outras receitas operacionais, líquidas		2.666	3.779	3.995	5.094
		<b>(95.313)</b>	<b>(80.881)</b>	<b>(160.331)</b>	<b>(138.372)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>44.886</b>	<b>47.510</b>	<b>46.048</b>	<b>51.265</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>					
Receitas financeiras		42.214	13.805	43.740	15.822
Despesas financeiras		(6.401)	(12.926)	(8.831)	(14.840)
Varição cambial, líquida		6.527	3.102	6.212	2.846
		<b>(2.300)</b>	<b>(6.119)</b>	<b>(9.380)</b>	<b>(15.174)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>87.226</b>	<b>51.491</b>	<b>87.169</b>	<b>55.093</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15	<b>(3.225)</b>	<b>(13.829)</b>	<b>(2.919)</b>	<b>(17.139)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>84.001</b>	<b>37.662</b>	<b>84.250</b>	<b>37.954</b>
<b>Atribuível à</b>					
Participação dos acionistas controladores		—	—	84.001	37.662
Participação dos acionistas não controladores		—	—	249	292
		—	—	<b>84.250</b>	<b>37.954</b>

Lucro básico por ação em reais - R\$ 16 1,34 0,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	84.001	37.662	84.250	37.954
Efeito de conversão de moeda estrangeira	12.750	13.290	12.750	13.290
<b>Lucro líquido abrangente do exercício</b>	<b>96.751</b>	<b>50.952</b>	<b>97.000</b>	<b>51.244</b>
<b>Atribuível à</b>				
Participação dos acionistas da controladora	—	—	96.751	50.952
Participação dos acionistas não controladores	—	—	249	292
	—	—	<b>97.000</b>	<b>51.244</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>87.226</b>	<b>51.491</b>	<b>87.169</b>	<b>55.093</b>
Despesas (receitas) financeiras e variação cambial, não realizadas	(38.522)	4.785	(36.894)	6.895
Depreciação e amortização	24.454	23.675	33.286	30.255
Reversão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	(3.570)	(630)	(3.939)	(2.638)
Reversão para realização dos estoques	(4.093)	(9.184)	(2.252)	(11.190)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	(3.629)	(4.106)	390	(5.151)
Receita de participações societárias	2.793	(5.718)	—	—
Provisão para passivos contingentes	2.074	1.695	894	1.169
Varição nos ativos e passivos operacionais				
Aplicações financeiras	13.181	7.161	13.181	7.161
Duplicatas a receber	(1.975)	(1.617)	(37.869)	(15.564)
Partes relacionadas (ativo e passivo)	(15.333)	(5.560)	—	—
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	(42.011)	6.708	(42.011)	6.708
Estoques	(36.523)	28.882	(56.403)	33.887
Impostos e contribuições a recuperar	1.066	7.840	(26.229)	21.179
Depósitos judiciais	(3.988)	(2.776)	(3.988)	(2.776)
Outros créditos	48.557	9.065	48.236	8.564
Fornecedores	(250)	(1.167)	(10.721)	(1.087)
Salários e encargos sociais	1.718	5.757	(300)	9.956
Impostos e contribuições a recolher	5.426	3.914	(923)	(8.918)
Adiantamentos de clientes	2.069	4.437	14.954	2.725
Outras contas a pagar	(952)	(1.068)	(1.068)	(1.068)
Caixa e equivalentes de caixa	5.545	125.182	3.539	139.119
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagas	(3.545)	(1.317)	(3.834)	(2.038)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>1.989</b>	<b>123.865</b>	<b>(295)</b>	<b>103.081</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	(21.778)	(22.317)	(24.879)	(29.432)
Aumento do intangível	(71)	(652)	(3.213)	(5.747)
Lucro não realizado	—	—	451	—
Venda de imobilizado	4.261	5.630	97	7.981
Dividendos recebidos	2.060	4.442	—	—
Aumento de capital em controlada	(56)	—	—	—
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(15.584)</b>	<b>(12.897)</b>	<b>(26.664)</b>	<b>(27.198)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(27.296)	(21.760)	(331)	(311)
Novos empréstimos e financiamentos	79.740	14.038	93.760	14.112
Pagamentos de financiamentos	(76.678)	(93.814)	(84.918)	(96.644)
Juros pagos	(4.708)	(10.962)	(4.539)	(10.839)
Novos financiamentos - FINAME fabricante	110.767	66.975	110.767	66.975
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante	(59.433)	(70.122)	(59.433)	(70.122)
Juros pagos - Finame Fabricante	(11.319)	(7.948)	(11.319)	(7.948)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>11.073</b>	<b>(101.833)</b>	<b>22.552</b>	<b>(104.797)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(2.522)</b>	<b>9.135</b>	<b>(4.407)</b>	<b>5.086</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício</b>	<b>69.806</b>	<b>60.671</b>	<b>105.682</b>	<b>101.510</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício</b>	<b>67.284</b>	<b>69.806</b>	<b>100.428</b>	<b>105.682</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Para os exercícios findos em 31 de dezembro)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	603.524	546.356	839.426	750.788
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	171	(1.064)	(1.500)	(1.064)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.666	3.179	2.995	5.549
	<b>606.361</b>	<b>548.471</b>	<b>841.291</b>	<b>754.818</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais consumidos	(286.824)	(273.403)	(385.297)	(361.966)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(18.275)	(23.358)	(34.556)	(37.613)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(36.532)	(28.102)	(44.576)	(37.343)
	<b>(341.649)</b>	<b>(344.863)</b>	<b>(464.429)</b>	<b>(436.922)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>264.712</b>	<b>223.608</b>	<b>377.492</b>	<b>317.896</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(24.454)</b>	<b>(23.675)</b>	<b>(34.206)</b>	<b>(30.255)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>240.258</b>	<b>199.933</b>	<b>343.286</b>	<b>287.641</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>(2.793)</b>	<b>5.710</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Receitas financeiras e variação cambial, líquidas</b>	<b>48.738</b>	<b>16.905</b>	<b>43.888</b>	<b>18.668</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>286.203</b>	<b>222.548</b>	<b>388.094</b>	<b>306.309</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Empregados				
Salários e encargos	112.395	110.795	208.405	189.316
Comissões sobre vendas	4.194	6.248	4.194	4.248
Participações e honorários da Administração	7.751	6.718	7.846	6.814
Impostos e encargos	7.896	5.649	7.846	5.449
Planos de previdência privada aberta complementar	677	685	677	685
Impostos, taxas e contribuições	60.970	41.635	61.852	42.715
Juros	6.401	12.926	8.831	14.840
Aluguéis	1.918	2.230	4.297	4.421
Juros sobre o capital próprio já distribuídos	15.714	5.029	15.714	5.029
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos	27.029	3.916	27.029	3.916
Participação dos acionistas não controladores	—	—	95	(39)
<b>Lucros retidos</b>	<b>41.258</b>	<b>28.717</b>	<b>41.258</b>	<b>28.717</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>286.203</b>	<b>222.548</b>	<b>388.094</b>	<b>306.309</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de contribuição de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente ocorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17). **2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas opções ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é considerada de natureza monetária. A Companhia reconhece máquinhas usadas de natureza social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.16. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando a venda é efetivamente realizada. **(a) Venda de produtos:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/engenharia técnica e treinamento são materiais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. (i) Contraprestação variável: Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. O valor da contraprestação é estimado no início do contrato e restrita até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente reconhecida. Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade. (ii) Obrigações de garantia: A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma consistente com sua prática atual. (iii) Componente de financiamento Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas semínhas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (iv) Contraprestação variável: A Companhia reconhece máquinhas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciárias são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada) e provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando a Companhia não possui um requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	67.284	69.806	100.428
Aplicações financeiras	3	489	13.670	489
Duplicatas a receber	4	82.006	70.359	168.213
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	87.482	88.114	87.482
Estoques	6	203.133	162.517	300.547
Partes relacionadas e peças em geral, a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.	8	60.397	42.052	—



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração; a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente; (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida; anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os testes recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.11). (c) Realização e obsolescência dos estoques; as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7. (d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa; as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5. (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.15), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.21). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de apresentação e divulgação de informações contábeis e mercantis e exige o uso de **interpretações e alterações de normas contábeis**: As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abstratamente. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor. O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente a norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que o arrendatário contabilize todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em sua análise, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) não seja significativo. **CPC 48**: Recusos de pagamento antecipado com compensação em espécie. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado à custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente" pagamentos de principal e juros sobre o principal em "aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **Alterações ao CPC 33 (R1)**: Alterações, reduções ou liquidações de planos: As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R2)**: Investimento em coligada em controlada e em controlada em conjunto. As informações por segmentos são apresentadas de modo simplificado em conjunto com o relatório interno fornecido pelo principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e depósitos em conta corrente	2.957	2.899	23.923	14.545
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	1.312	10.839	13.485	29.380
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	53.249	19.445	53.249	19.444
Fundo de investimento DI e renda fixa (a)	9.672	34.774	9.672	34.774
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (TimeDeposit)	-	1.819	-	7.511
Outros	94	30	99	30
Total de caixa e equivalente de caixa	67.284	69.806	100.428	105.682
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	489	13.670	489	13.670
Total de títulos mantidos para negociação	489	13.670	489	13.670

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**4. DUPLICATAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante	70.897	63.443	72.140	64.243
Clientes no país	11.532	8.017	101.481	61.283
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(423)	(1.101)	(5.408)	(5.223)
Total - não circulante	82.006	70.359	168.213	120.303
Circulante	9.477	8.399	9.477	8.399
Clientes no exterior	4.149	2.912	4.149	2.912
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8)	(1)	(8)	(1)
Total - não circulante	13.618	11.310	13.618	11.310

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer	72.619	56.453	145.388	97.023
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.490	8.203	14.843	14.073
De 31 a 60 dias	321	1.371	1.432	2.745
De 61 a 90 dias	220	662	388	1.182
De 91 a 180 dias	68	816	1.905	2.259
De 181 a 360 dias	249	1.201	1.868	1.527
Mais de 360 dias	2.462	2.754	7.797	6.717
Total	9.816	15.007	28.233	28.603
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(82,429)	(71,460)	(173,621)	(125,526)
Total - não circulante	(423)	(1.101)	(5.408)	(5.223)
Total circulante	82.006	70.359	168.213	120.303

Em 31 de dezembro de 2018, contos a receber de clientes no valor de R\$9.379 (2017 - R\$13.906 - Controladora) e R\$22.825 (2017 - R\$23.280 - Consolidado) encontram-se vencidos, mas não *impairmed*. Essas contos referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui as garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer:		
2020	10.110	10.110
2021	2.478	2.478
2022	473	473
Acima de 2022	565	565
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8)	(8)
Total - não circulante	13.618	13.618

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	1.102	2.774	5.224	5.658
Créditos reconhecidos no período	20	4.358	413	4.589
Créditos baixados definitivamente da posição	(691)	(6.030)	(834)	(6.419)
Varição cambial	-	-	605	1.396
Saldo em 31 de dezembro	431	1.102	408	5.224

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contos a receber *impairmed* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contos a receber mencionada acima. As demais contos a receber do balanço não contêm ativos *impairmed*.

**5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE**

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
FINAME a vencer	65.344	60.903
FINAME aguardando liberação (a)	1.944	1.635
FINAME em atraso (b)	27.005	36.174
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(6.811)	(10.598)
Total - não circulante	87.482	88.114
FINAME a vencer	117.994	73.862
FINAME aguardando liberação (a)	10.713	6.540
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(123)	(583)
Total	128.584	79.819

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, não reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$6.594 (R\$1.699 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, e R\$1.173 (R\$1.404 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer	67.288	62.538
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	914	1.496
De 31 a 60 dias	565	1.082
De 61 a 90 dias	473	885
De 91 a 180 dias	1.208	2.718
De 181 a 360 dias	2.883	4.579
Mais de 360 dias	20.962	25.414
Total - Circulante	27.005	36.174
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(49,293)	(98,712)

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valores a vencer:		
2020	56.857	56.857
2021	44.628	44.628
2022	24.025	24.025
2023 e após	3.197	3.197
Total - não circulante	128.707	128.707

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo inicial	4.742	(2.359)
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	(4,742)	(2,359)
Saldo final	6.934	131.181

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contos a receber mencionada acima.

**6. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	22.160	27.389	69.696	56.620
Máquinas usadas	12.271	16.501	12.271	16.501
Produtos em elaboração	61.388	57.515	85.183	88.709
Materia-prima e componentes	105.233	58.806	129.571	77.499
Importações em andamento	2.081	2.306	3.826	2.562
Total	202.133	162.517	300.547	241.891

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2018, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de liquidação por venda ou utilização, nos montantes de R\$29.818 e R\$ 34.748 (R\$ 33.911 e R\$ 35.325 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo em 1º de janeiro de 2018	33.911	37.000	33.911	37.000
Estoque vendidos ou baixados	(18.299)	(18.915)	(18.299)	(18.915)
Perdas reconhecidas	7.836	7.836	7.836	7.836
Varição cambial	-	-	-	2.457
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	6.370	6.370	6.370	6.370
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.818	34.748	29.818	34.748

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	2.890	1.852	9.820	9.442
Máquinas usadas	9.488	14.542	7.488	14.941
Produtos em elaboração	4.859	4.520	4.859	4.520
Materia-prima e componentes	12.581	12.997	12.581	12.997
Total	29.818	33.911	34.748	37.000

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$367.440 (2017 - R\$340.111) na Controladora e R\$537.083 (2017 - R\$483.236) no Consolidado.

**Investimentos:**

**Número de ações/cotas representativas do capital social**

**Participação do capital social**

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)	(o)	(p)	(q)	(r)	(s)	(t)	(u)	(v)	(w)	(x)	(y)	(z)
100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo não circulante	6.905	122.491	522	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	44.610	107.108	307	18.969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	11.924	31.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	7.576	108.010	23.471	(2.108)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2017</b>	6.274	101.671	20.566	(664)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior	505	11.802	-	(259)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em controlada (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(2.060)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de participações societárias	797	(5.012)	3.339	(1.185)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro não realizado	-	(451)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor patrimonial equivalente - saldo final</b>	<b>7.576</b>	<b>108.010</b>	<b>21.845</b>	<b>(2.108)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Investimento em controladas</b>	<b>7.576</b>	<b>108.010</b>	<b>21.845</b>	<b>(2.108)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas**

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações; (b) Em Reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 23 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. no montante de R\$56. O aumento de capital foi realizado pela captação de ativo, avaliados pelo valor contábil (c) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2018 e em 24 de julho de 2018, no valor de R\$1.075 e R\$1.138, referentes ao segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, o montante de R\$1.001 e R\$1.059, respectivamente.

**Investimentos:**

**Número de ações/cotas**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018		2017		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Financiamentos de exportação - BNDES PSI	-	40.098	-	-	17/12/2018	Parcela única/Mensal com carência de 13 meses	Taxas 11,00% a.a. (prefixado) e 50% (4,26% e 4,71% a.a. + SELIC) + 50% (4,00% e 4,45% a.a. + TJLP)	Nota promissória/Fiança-Aval Rominor
Financiamentos de exportação - ACC (a)	46.771	-	-	-	06/12/2019		Taxas de 1,41% a 1,55% a.a. + variação cambial	Fiança-Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.570	9.233	17.071	28.017	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.534	2.303	3.047	4.615	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	34.413	14.533	-	-	13/12/2019	Parcela única	Juros de 1,62% a.a. a 3,40% a.a.	Clean/Aval Rominor
Finop URT-J01 (c)	2.131	5.079	-	-	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
<b>Controladora</b>	<b>90.419</b>	<b>71.246</b>	<b>20.118</b>	<b>34.748</b>				
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - C (d)	-	-	11.320	12.318	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prélio)
Outros - capital de giro	12.128	2.934	-	-	-	-	-	N/A
<b>Consolidado</b>	<b>102.547</b>	<b>74.170</b>	<b>31.438</b>	<b>47.066</b>				

(a) Em setembro de 2018 foi autorizado à Diretoria da Companhia a contratar financiamentos junto a instituições financeiras no valor de R\$14.900 e R\$31.010, respectivamente. Através de linhas de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), com a finalidade de suportar o crescimento nas operações no mercado externo, com taxas de até 2,5% a.a. acrescidas de variação cambial, prazo de pagamento de 12 meses e garantia realizada pela subsidiária Rominor Comércio. (b) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere a constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (iii) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (Divida Total Líquida/Passivo Total) menor ou igual a 0,40; (iv) Índice Financeiro Consolidado Auditado; (Divida Total Líquida/Passivo Total) menor ou igual a 0,25. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima. (c) Contrato firmado entre a Companhia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finop) em 15 de maio de 2014, para desenvolvimento do sistema piloto de manufatura flexível para usinagem de carcaças de máquinas-ferramenta com objetivo de redução de tempos de set-up e de usinagem, reduzindo tempo de entrega de seus produtos. (d) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R\$5.361 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2020	6.652	10.459
2021	6.293	7.770
2022	6.130	7.359
2023	906	2.132
2024 e após	37	3.718
<b>Total</b>	<b>20.118</b>	<b>31.438</b>

**13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE**

	Controladora e Consolidado	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante			
FINAME Fabricante	63.326		55.463
Não Circulante			
FINAME Fabricante	116.278		72.770
<b>Total</b>	<b>179.604</b>		<b>128.233</b>

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financeiros no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$36.462 em 31 de dezembro de 2018 (R\$39.700 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2020	52.189
2021	41.202
2022	20.648
2023 e após	2.239
<b>Total</b>	<b>116.278</b>

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

**14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora	Consolidado		
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>		
Fiscais	57.916	53.805	57.916	54.598
Cíveis	332	1.986	332	1.986
Trabalhistas	3.039	3.383	3.039	3.383
(-) Depósitos judiciais/outras créditos	(57.334)	(53.399)	(57.334)	(53.399)
<b>Total</b>	<b>3.953</b>	<b>5.775</b>	<b>3.953</b>	<b>6.568</b>
Passivo não circulante	2.100	768	2.100	5.007
Passivo não circulante	3.953	5.775	3.953	6.568

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante está demonstrado nas rubricas de "Salários e encargos sociais" e "Outros contas a pagar". A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fiscais		
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	1.267	1.267
Excesso de IRPJ e CSLL sobre JCP	32.456	31.341
Cíveis		
Perdas e danos	6.806	3.270
Trabalhistas	3.349	3.302
<b>Total</b>	<b>43.878</b>	<b>39.180</b>

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2017	Adições	Utiliza- ções/re- versões	Atualiza- ção mo- netária	31 de dezembro de 2018
Fiscais	53.805	4.129	(32)	114	57.916
Cíveis	1.986	35	(1.804)	115	332
Trabalhistas	3.383	888	(1.915)	683	3.039
(-) Depósitos judiciais/outras créditos	(53.399)	(3.935)	-	-	(57.334)
<b>Total Controladora</b>	<b>5.775</b>	<b>1.117</b>	<b>(3.751)</b>	<b>812</b>	<b>3.953</b>
Processo em subsidiárias	793	-	(840)	47	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>6.568</b>	<b>1.117</b>	<b>(4.591)</b>	<b>859</b>	<b>3.953</b>

(a) **Processos fiscais passivos:** Corresponde a obrigações legais relativas a: (i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$10.322 (R\$9.585 em 31 de dezembro de 2017) e R\$47.543 (R\$44.151 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$55.31 estava classificado na rubrica "impostos e contribuições a recolher" e será reclassificado para a rubrica "Depósitos judiciais" no respectivo pagamento. Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questiona a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, submetido ao rito da REPERCUSSÃO, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser aplicado (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como o procedimento de exclusão de fisco; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76. Até a data deste relatório, os embargos de declaração pendiam de apreciação pelo STF. Diante dessa situação fática, com base na opinião de seus assessores legais, corroborada por pareceres externos de assessores legais especialistas, que reforçam que em processo de grande repercussão econômico-financeira ocorreu modulação sem que fosse reavaliada a ação em curso e que se discutia a matéria, a Administração, calçada também em opinião de profissional de referência na área contábil, entende que é mais provável que sim do que não, que por conta da modulação, ocorra saída de recursos. Diante disso, aliado aos esclarecimentos e orientações trazidos pelo órgão regulador no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SECSP/ nº 01/2019, item 12, 11 de janeiro de 2019 a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras. No momento em que houver qualquer fato novo que altere o entendimento da Administração quanto a probabilidade futura de saída de recursos, essa realizará o reconhecimento dos impactos contábeis nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer o fato. Caso a decisão definitiva seja desfavorável aos contribuintes, a Companhia, pelo fato de ter optado em realizar depósitos judiciais para esta ação não terá impacto material no lucro líquido e no fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado nas demonstrações financeiras como contas a pagar passivos fiscais, no passivo não circulante, era de R\$57.865 (R\$53.736 em 31 de dezembro de 2017), sendo que a Companhia realizou depósitos judiciais para essa ação, que nessa mesma data-base, somavam R\$48.247 (R\$46.741 em 31 de dezembro de 2017). Na data-base desse relatório, a melhor estimativa da Administração para o montante corrigido monetariamente dessa causa era de R\$94.629, sendo R\$85.306 em depósito judicial e R\$9.323 em créditos tributários. (ii) Demais processos tributários somam R\$51 (R\$70 em 31 de dezembro de 2017). (b) **Processos fiscais (Plano Verão):** A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017, a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 2T18, os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado do 2T18 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R\$ 1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$32.115, referente a atualização (mensada) do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do gesto líquido no momento de R\$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018. (c) **Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. (d) **Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-provisória; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas dentre outros. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. (e) **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$50.357 (2017 - R\$48.799), dos quais R\$48.247 (2017 - R\$46.741) refere-se ao PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo impacto do gesto líquido no momento de reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.226	51.491
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(29.657)	(17.507)
Reconciliação para a taxa efetiva		
Juros sobre o capital próprio	15.864	1.710
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	10.740	-
Pesquisa e desenvolvimento	3.000	2.544
Transfer price	(1.730)	(2.118)
Equivalência patrimonial	(950)	1.941
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	(1.736)
Participação de Administradores	(606)	(474)
Outras adições (exclusões), líquidas	114	75
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(3.225)	(13.829)
(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração de resultados devido a controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:		

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

	Controladora	Consolidado
Correntes	2.606	(7.023)
Diferidos	(5.831)	(6.806)
Diferidos	(3.225)	(13.829)
Total	2018	2017
Diferen- ças tem- porárias	31.863	7.956
Impos- to de renda	1.874	468
Contri- ção de buição social	59.607	11.353
Total	263	66
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.607	401
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	61.287	15.307
Comissões condicionadas	713	178
Participação dos administradores	2.195	198
Outras diferenças ativas temporárias	1.854	463
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado</b>	<b>161.263</b>	<b>36.192</b>
Passivo (i):		
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:		
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado</b>	<b>156.700</b>	<b>35.167</b>
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	11.799
Mais valia apurada na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	68.622	19.987
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado</b>	<b>87.651</b>	<b>31.786</b>
(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:		
2019	9.626	
2020	11.971	
2021	5.792	
2022 e após	16.559	
<b>Total</b>	<b>43.948</b>	

	Controladora	Consolidado		
2018	2017	2018	2017	
Diferen- ças tem- porárias	2.606	(7.023)	(1.681)	(13.192)
Impos- to de renda	(5.831)	(6.806)	(1.238)	(3.947)
Contri- ção de buição social	(3.225)	(13.829)	(2.919)	(17.139)
Total	2018	2017		
Diferen- ças tem- porárias	31.863	7.956	2.868	10.824
Impos- to de renda	1.874	468	169	637
Contri- ção de buição social	59.607	11.353	5.216	16.569
Total	263	66	24	90
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.607	401	145	546
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	61.287	15.307	308	15.615
Comissões condicionadas	713	178	64	242
Participação dos administradores	2.195	198	198	1.551
Outras diferenças ativas temporárias	1.854	463	167	630
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado</b>	<b>161.263</b>	<b>36.192</b>	<b>9.159</b>	<b>45.351</b>
Passivo (i):				
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:				
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025	378	1.403
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado</b>	<b>156.700</b>	<b>35.167</b>	<b>8.781</b>	<b>43.948</b>
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	11.799	-	11.799
Mais valia apurada na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	68.622	19.987	-	19.987
<b>Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado</b>	<b>87.651</b>	<b>31.786</b>	<b>-</b>	<b>31.786</b>
(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:				
2019	9.626			
2020	11.971			
2021	5.792			
2022 e após	16.559			
<b>Total</b>	<b>43.948</b>			

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

 <b>ROMI</b>   TRADIÇÃO EM INOVAR ↳ continuação		<b>INDÚSTRIAS ROMI S.A.</b> Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63		  	
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> <b>Américo Emilio Romi Neto</b> - Presidente do Conselho de Administração <b>Carlos Guimarães Chiti</b> - Vice-Presidente do Conselho de Administração <b>Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho</b> - Membro do Conselho de Administração <b>José Carlos Romi</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Mônica Romi Zanatta</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Paulo Romi</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Paolo Guglielmo Bellotti</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Marcio Guedes Pereira Junior</b> - Membro do Conselho de Administração		<b>DIRETORIA</b> <b>Luiz Cassiano Rando Rosolen</b> - Diretor-Presidente <b>William dos Reis</b> - Diretor Vice-Presidente <b>Fábio Barbanti Taiar</b> - Diretor <b>Francisco Vita Júnior</b> - Diretor <b>Fernando Marcos Cassoni</b> - Diretor		<b>CONSELHO FISCAL</b> <b>Alfredo Ferreira de Marques Filho</b> - Membro do Conselho Fiscal <b>Clóvis Ailton Madeira</b> - Membro do Conselho Fiscal <b>Walter Luis Bernardes Albertoni</b> - Membro do Conselho Fiscal	
		<b>CONTADORA</b> <b>Josiane Perdigão Gibin</b> - CRC - SP202148/O-8			
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019 <b>Alfredo Ferreira Marques Filho</b> <b>Clóvis Ailton Madeira</b> <b>Walter Luis Bernardes Albertoni</b>	

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como do Orçamento de Capital para o exercício de 2019. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019

**Alfredo Ferreira Marques Filho**  
**Clóvis Ailton Madeira**  
**Walter Luis Bernardes Albertoni**

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Indústrias Romi S.A.** Santa Bárbara d'Oeste - SP **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R\$57.865 mil (R\$ 53.736 mil em 31 de dezembro de 2017) referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos à Receita Federal do Brasil (RFB) de novembro de 2006 a setembro de 2018, mas foram depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante e total do ativo, individual e consolidado, estão apresentados a menor em R\$85.306 mil (R\$81.320 mil em 31 de dezembro de 2017), o patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$2.631 mil (R\$53.671 mil em 31 de dezembro de 2017) e o lucro líquido do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$2.631 mil, líquidos de efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS não atende aos critérios para reconhecimento, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. A manutenção da respectiva provisão afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva". **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos

que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida:** Conforme detalhado na nota explicativa 11, a Companhia possui saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida em decorrência do registro da marca na aquisição da controlada alemã Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH. Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$ 23.335 mil. As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objeto de teste de recuperabilidade pela administração no mínimo anualmente, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A Administração testou a recuperabilidade desses ativos utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para a unidade geradora de caixa de Máquinas Burkhardt+Weber e levaram em conta estimativas e premissas sensíveis. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa dessa unidade. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, tais como taxa de crescimento da receita, margens EBITDA e taxa de desconto. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.8 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 12 de fevereiro de 2019



**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
 CRC 2SP034519/O-6  
**José Antonio de A. Navarrete**  
 Contador CRC 1SP198698/O-4

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra mencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS. Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho final. Apenas após os referidos

esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União e que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e consequente impacto contábil necessário. Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a pagar do PIS e da COFINS e, consequentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2017, deva ser mantida até o desfecho final do assunto. Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme Comunicado ao Mercado

divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018. As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de fevereiro de 2019

**Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente**  
**William dos Reis - Vice - Presidente**  
**Fábio Barbanti Taiar - Diretor de Relações com Investidores**  
**Francisco Vita Júnior - Diretor**  
**Fernando Marcos Cassoni - Diretor**

TEXTOS CRUEIS DE MAIS PARA SEREM LIDOS RAPIDAMENTE ONDE DORME O AMOR

**TEXTOS CRUEIS DE MAIS PARA SEREM LIDOS RAPIDAMENTE ONDE DORME O AMOR**

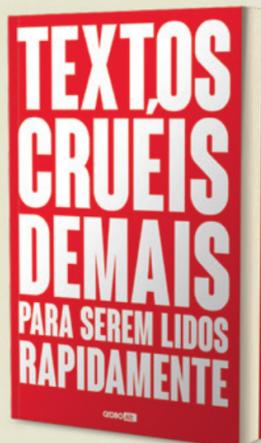
GOBO Alt

**UM MANIFESTO PELO AMOR PRÓPRIO E ACEITAÇÃO**



Coletânea de textos inéditos com a poesia e sensibilidade que encantou milhares de leitores

LIVRO DE FIÇÃO MAIS VENDIDO NO BRASIL EM 2018



NAS LIVRARIAS E EM E-BOOK

GOBO Alt